

EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE ENTRE A BIOPOLÍTICA E A BIOPOTÊNCIA

Rodrigo Barchi*

“Não cabe temer ou esperar,
mas buscar novas armas”.
Deleuze

Recebido em: 12 mar. 2011

Aprovado em: 09 maio 2011

* Doutorando em Educação (Universidade Estadual de Campinas), Mestre em Educação (Universidade de Sorocaba), Especialista em Educação Ambiental (Universidade de São Paulo), Brasil. E-mail: rbarchicore@uol.com.br

Resumo: A biopolítica, para Michel Foucault, é a forma de poder que regulamenta e normaliza os modos de vida, e está intimamente ligada ao neoliberalismo e às formas de produção do capitalismo contemporâneo. É todo um conjunto de dispositivos, estratégias, capturas e ações que a forma-Estado tem à disposição para manter sua hegemonia nas sociedades de controle. Por sua vez, o conceito de biopotência pode ser compreendido como a recusa ao primado da verdade, a unificação dos sentidos de mundo e do fazer educativo. O presente texto busca fazer alguns questionamentos no que diz respeito ao fazer e pensar educação ambiental seja no exercício da biopolítica ou em suas possibilidades e “bio-potencialidades” de resistir ao constante assédio e sedução dos usos e compartilhamento dos poderes hegemônicos.

Palavras-chave: Educação ambiental. Biopolítica. Biopotência.

EDUCATION AND ENVIRONMENT BETWEEN BIOPOLITICS AND BIOPOTENCY

Abstract: For Michel Foucault, biopolitics is a form of power that regulates and standardizes the ways of life and it is closely linked to neoliberalism and the productive chain of contemporary capitalism. It is a whole set of devices, strategies, captures and actions that the State-form has at its disposal to maintain the hegemony in the societies of control. The concept of biopotency can be understood as a refusal to the supremacy of truth and to the

unification of the ways of perceiving the world and of pedagogical processes. The purpose of this research is to question the manners of doing and thinking environmental education, whether in the biopolitics exercise or in the possibilities and “bio-potentialities” to resist the continued harassment and seduction of usage and sharing of hegemonic powers.

Key words: Environmental education. Biopolitics. Biopotency.

FAZER O IMPOSSÍVEL

De acordo com Larossa (2006), a educação é o modo como as pessoas, as instituições e as sociedades respondem à chegada daqueles que nascem. Afirma ele, na esteira de Hannah Arendt, que o nascimento, a chegada de uma criança, não é um momento que possa ser situado em uma cronologia, mas justamente aquilo que interrompe a cronologia.

Essa novidade, portanto, ameaça qualquer regime que suponha, ou se baseie em tentativas de continuidade do mundo como está. Afirma ele que os totalitarismos típicos de meados do século XX tentaram eliminar qualquer perspectiva que ofereça uma resistência à ideia implantada por ele. Por isso, a novidade da infância também necessita ser destruída, pois ela traz a noção de um futuro incerto e desconhecido, ou seja, é necessário converter a infância na encarnação da ideia totalitária, além de transformá-la propriamente na própria ideia totalitarista.

Na contemporaneidade, para Larossa, existe ainda outra forma de totalitarismo, aparentemente mais democrática, que não é a destruição da novidade, ou sua transformação em uma nova ferramenta de dominação e exercício do poder, mas sim, sua assimilação e transformação em mercadoria. A infância continua sendo sacrificada sob o nome do progresso, do desenvolvimento, do futuro e da competitividade.

A educação, portanto, está destinada a realizar a tarefa de desenvolver as possibilidades de melhoria no/do mundo. Nada mais justificável, não fosse pelo fato de o possível depender do que sabemos sobre realidade e do modo como esse saber é capaz de calcular determinadas regularidades no ser, em termos de sua maior ou menor probabilidade (LAROSSA, 2006, p. 193).

Portanto, quem determina o que é possível ou não, é justamente aquilo que não está em desacordo com a realidade, e também o que pode chegar a ser real dependendo somente do que se possa fazer:

Nossas relações com o possível sempre são relações de poder. O poder é aquilo que faz com que o possível se mova em direção ao real e é

possível aquilo que está ao alcance do nosso poder. As duas dimensões do possível o remetem, então, ao saber e ao poder. É possível o que sabemos que pode acontecer. É possível o que podemos converter em real (LAROSSA, 2006, p. 193).

A realidade é aqui uma representação coisificada. E essa representação que é posta perante os alunos como a verdade a ser reproduzida e mantida, cabendo à educação, à pedagogia, ser a responsável pela construção do mundo e do futuro.

A partir dessa perspectiva, podemos compreender um dos papéis contemporâneos da educação ambiental, a qual assume, cada vez mais, a tarefa de formar indivíduos e sociedades responsáveis com a sustentabilidade, a qualidade da vida, a formação de sociedades justas e a preservação da biodiversidade. Além de promover a construção de um futuro ecologicamente saudável e “limpo”, perante uma situação de constante ameaça e destruição de paisagens e decadência dos modos de vida humanos.

É necessário que, para evitar o risco de não haver um futuro para a humanidade e as outras formas de vida, eduque-se principalmente as novas gerações, para que essas tornem possível o futuro verde sustentável, que possam discernir toda prática e pensamento ecológicos dos não-ecológicos. Isso para que se faça a devida separação, hierarquização e exclusão do que é ou não é nocivo ou benéfico a essa perspectiva de futuro que se preconiza.

Mas quais são os riscos dessa maneira de se fazer educação ambiental tornar-se somente mais uma ferramenta e/ou mecanismo de manutenção de poder dos totalitarismos contemporâneos, baseados em tecnicismo e burocratização? Perante o que se descreve como a problemática ecológica, e suas possíveis soluções, ou seja, diante do que a educação ambiental sugere como saber ambiental e o que se pode fazer com esse saber, é possível se pensar e fazer além do possível, ou seja, o impossível, como aquilo que escapa ao saber e ao poder?

Antes de tecer algumas considerações sobre essas questões, é necessário entender como o poder é exercido nas sociedades contemporâneas, e qual é a função que se dá à educação como mecanismo de reprodução e manutenção desse poder, para depois incluir as funções da educação ambiental nesse contexto.

BIOPODER, BIOPOLÍTICA

A forma de poder à qual se refere aqui é o poder institucionalizado pelo Estado, ou uma determinada forma de governo que a forma-Estado assimilou para si, à qual Foucault deu o nome de governamentalidade, que é uma forma bastante

específica de poder, que tem como alvo “a população, por uma forma principal de saber a economia, e por instrumentos técnicos essenciais, os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 1979, p. 291-292).

A essa forma de poder estabelecida pela governamentalidade, Foucault chamou de biopoder, que se desenvolveu desde o século XVII, a partir de duas formas principais.

Uma delas, centrando-se no corpo-máquina, ou seja, no adestramento, no desenvolvimento das aptidões, na intensificação da utilidade e no crescimento da docilidade, através de mecanismos que depois vieram a ser conhecidos como disciplinas. Essa ação sobre o corpo, em seu aprimoramento e individualização, acabou sendo chamada por Foucault de anatomopolítica (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Por sua vez, um século depois, por volta da segunda metade do século XVIII, o biopoder centrou-se no chamado corpo-espécie, ou seja, a preocupação não estava destinada somente ao corpo individualizado, mas na espécie humana como um coletivo a ser regulado e controlado, através de dispositivos direcionados aos processos biológicos: proliferação da espécie, natalidade, mortalidade, longevidade, condições de saúde, entre outros. É a biopolítica da população.

Foucault ampliou o debate sobre a biopolítica no curso que deu no College de France, em 1976, que foi publicado no Brasil sob o nome de “Em defesa da sociedade”¹, mostrando suas principais características e institucionalização. É no fim do século XVIII que se apresenta:

[...] a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, da centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e da medicalização da população (FOUCAULT, 1999, p. 290).

Ao lidar com a população, a biopolítica lida tanto com um problema político quanto científico, pois trata o problema biológico como um problema de poder. As ações não são específicas sobre o corpo, como na anatomopolítica, mas sim, sobre a espécie. Por isso as intervenções serão generalizadas, já que os problemas são globais. O poder age na vida da população como forma de ampliá-la, e ao mesmo tempo, de controlar os acidentes e as eventualidades, como forma de evitar escapatórias a esse controle, ou ao que é estabelecido como a saúde da população.

¹ Em francês, o título *Il faut défendre la société*, pode ser compreendido também como “É necessário defender a sociedade.

Afirma Foucault que como elemento que circula tanto o poder disciplinar quanto o poder regulamentador, que se aplica da mesma forma ao corpo-máquina quando ao corpo-espécie (indivíduo e população), é a norma:

[...] A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada, cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço (FOUCAULT, 1999, p. 302).

É a partir da normalização que ocorre, então, a ativação dos processos que promovem a segregação e a hierarquização, de forma a garantir dominação e hegemonia. É por isso também que Foucault afirma que esse biopoder teve função fundamental no desenvolvimento do capitalismo, já que ele possibilitou tanto a inserção controlada dos corpos individuais no aparelho de produção (através da escola, da fábrica e da prisão), quanto o ajustamento dos “fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 132).

Foucault se aprofundou sobre esse ajustamento no curso do Collège de France de 1979, publicado no Brasil como “O nascimento da biopolítica”, em que faz a análise do liberalismo como razão governamental. Esse liberalismo - mais especificamente o neoliberalismo da escola de Chicago - promove uma transformação completa na concepção clássica do *homo oeconomicus* (FOUCAULT, 2008, p. 310), que, de simples humano de troca, passa a ser entendido como uma certa forma de capital intitulado capital humano, o qual “na medida em que se justamente a competência máquina de que ele é renda, não pode ser dissociada do indivíduo humano que é seu portador” (p. 311-312). É ao mesmo tempo uma economia e uma sociedade feitas por unidades-empresas, em que o ser humano passa a ser um agente econômico, que responde aos estímulos do mercado de trocas. De acordo com Duarte, Foucault, no curso de 1979:

[...] centra a atenção na caracterização dos sutis processos de governamentalização do indivíduo que, por sua livre e espontânea decisão, assume subjugar-se, ao reger sua conduta segundo os princípios flexíveis do *homo oeconomicus* e da teoria do capital humano acoplada à biogenética, tornando-se assim, uma presa voluntária de processos de individualização controlada flexivelmente pelo mercado (DUARTE, 2010, p. 8).

A governamentalidade passa a se exercer, portanto, em processos de regulação de mercado e da inserção de cada vez mais pessoas nesse mercado, tanto através

da manipulação e transformação das leis econômicas, quanto da regulamentação e normalização de cada um para ser aceito no mercado de trabalho.

Nesse contexto, insere-se a educação, cuja função é justamente a preparação do alunado para a inserção no mercado de trabalho. Tanto da escola quanto das universidades, os alunos devem sair prontos para encarar um mundo do trabalho “naturalmente” competitivo, hierarquizador e excludente. É a escola também que já indicará, atualmente, os futuros delinquentes, não-ajustados, os despreparados, os anormais.

É o que Deleuze elucida em “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”, no qual afirma que o controle é de curto prazo e de rotação rápida. No entanto, é contínuo e ilimitado. Já a duração nas sociedades disciplinares era de “longa duração, infinita e descontínua” (DELEUZE, 1992, p. 224). E nas escolas [...] as formas de controle contínuo, avaliação contínua, ação da formação permanente da escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na universidade, a introdução da “empresa” em todos os níveis de escolaridade (p. 225).

O que ocorre é que todas as constantes e intermináveis reformas nas escolas, hospitais, quartéis, prisões, indústria, e todas outras instituições disciplinares que funcionavam como meios de confinamento são apenas formas de administrar sua agonia, até mais cedo ou mais tarde serem substituídas pelos aparelhos das novas forças de controle que se anunciam.

Deleuze, remetendo a Foucault, afirma que as empresas introduzem as rivalidades e a competitividade como uma motivação e, ao mesmo tempo, um método de controle. Afinal de contas, o mérito e os ganhos advindos dele serão os eixos formuladores da educação. O meio mais garantido de entregar a escola à empresa é justamente instalar a formação e a avaliação permanentes, como forma de substituir tanto o regime escolar disciplinar e, consequentemente, o exame.

Em uma entrevista a Toni Negri, Deleuze afirma que ao invés de uma reforma, as tentativas hoje são de sua liquidação, já que o que se implanta hoje são justamente novas formas de sanções, educação e tratamento. O que se cria, nessas sociedades de controle, é justamente uma educação e um meio profissional menos fechado e mais contínuo, se exercendo sobre “o operário-aluno ou o executivo universitário” (DELEUZE, 1992, p. 216).

Toni Negri e Michael Hardt afirmam que a própria mudança do regime disciplinar para o regime de controle se deu justamente devido à resistência surgida no próprio terreno do trabalho. Foi devido à recusa da juventude dos anos 60 e 70 a uma perspectiva de trabalho enclausurado de 8-10 horas por dia nas fábricas - o que era sonho para os pais, mas uma forma de morte para os jovens - que propiciou uma possibilidade de novas formas de produção e acúmulo de riqueza:

[...] O jovem que recusava a repetição mortal da sociedade-fábrica inventou novas formas de mobilidade e flexibilidade e novos estilos de vida. Movimentos estudantis forçaram a atribuição de um alto valor social ao saber e ao trabalho intelectual... Todos os movimentos e toda a contracultura emergente acentuaram o valor social da cooperação e comunicação. Essa transvaliação em massa dos valores de produção social e produção de novas subjetividades abriu caminho para uma poderosa transformação do trabalho [...] (HARDT; NEGRI, 2001, p. 295).

Transformação que implantou novos índices de valores à produção capitalista, como a mobilidade, a flexibilidade, conhecimento, comunicação, cooperação, o afetivo - como a capacidade de afetar os outros - os quais estão cada vez mais devidamente legitimados como tais, inclusive no trabalho da educação.

Esse novo regime e paradigma de produção, baseada no controle, na regulamentação e na normalização, e não mais na disciplina, foi inventado a partir da acumulação de lutas, ou seja, foi impulsionado de baixo para cima, a partir do momento em que a mentalidade dos trabalhadores e da juventude havia se modificado. De acordo com Hardt e Negri, não foi o capital que inventou as novas formas de produção, mas sim, que passou a dominar essa nova forma de produzir gerada de maneira autônoma no cerne dos movimentos sociais. É a ideia de que o capital precisou se ajustar às mudanças para manter o seu domínio.

É o que Foucault já argumentava sobre a governamentalização do poder pela forma Estado. O próprio poder vem de baixo, ou seja, é uma situação estratégica complexa “a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (FOUCAULT, 1988, p. 88), se espalhando por todos os lugares imanentes a todos os tipos de relações (sexualidade, conhecimento, economia). O que a forma-Estado faz é assimilar essas relações, inclusive suas lutas e reivindicações. Ela classifica, hierarquiza, uniformiza e hegemoniza, promovendo inclusive aquelas relações que não forem de utilidade à arte da governamentalidade.

ECOLOGIA, BIOPOLÍTICA, ECOPOLÍTICA

A biopolítica, portanto, nas sociedades de controle, é a forma de poder que regulamenta e normaliza as formas de vida, e está intimamente ligada ao neoliberalismo e aos modos de produção que surgiram após as manifestações sociais dos anos 60 e 70. Por sua vez, os movimentos ecológicos e suas reivindicações eram algumas das mais intensas lutas e sua voz se fez alta exatamente no mesmo momento da mudança das sociedades disciplinares para as sociedades de controle.

Os movimentos ecológicos encontravam como inimigos imediatos as principais instituições e formas de poder atreladas ao que significavam as sociedades disciplinares: o militarismo, o patriarcalismo, o machismo, o racismo, a produção bélica e nuclear, o consumismo, a burocratização, ou seja, tudo o que ameaça a sobrevivência no planeta.

A partir de então a ecologia entrou na pauta dos mais diversos encontros internacionais promovidos pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e passou a ser preocupação de instituições estatais e privadas. Criaram-se legislações, organizações, órgãos e políticas oficiais para a proteção ao meio ambiente. A ecologia passa a intervir em diversas outras esferas, impondo novas práticas de convívio e existência. As lâmpadas fluorescentes, os banhos mais curtos, o fim das sacolas e embalagens de plástico, o sexo no escuro, o mijo no banho...

É necessária uma nova forma de vida política e ecologicamente correta para que o planeta e a humanidade sobrevivam. Mais do que o urso polar, o panda ou a baleia-azul, é preciso salvar o humano. E para isso, deve ocorrer uma reforma ecológica que o faça impedir de destruir a Terra:

No limite, os ecologistas, querendo ou não, definiram seu quinhão na caracterização de uma vida politicamente correta. É preciso ser democrata, participar de organizações não-governamentais, ter compaixão pelo planeta, assim como aprendê-los a tê-la com os outros por meio de uma irmandade cristã, pela criação da fraternidade com a assistência religiosa, social e política. É imperativa uma federação planetária fraternal (PASSETTI, 2003, p. 49).

De acordo com Passetti, passamos hoje por um momento em que a biopolítica é cada vez mais, ecológica, pois, tanto quanto proteger o corpo-máquina (anatomopolítica) e o corpo-espécie (biopolítica) é imperativo defender o corpo do planeta, seu equilíbrio, sua biodiversidade, seus ecossistemas, de forma que permitam a permanência do humano. E para isso, é necessário um controle e uma regulamentação que tanto permitam a sustentabilidade do planeta, quanto não ameacem a estrutura do poder constituído e do capitalismo financeiro contemporâneo.

Tanto que o espaço de discussões sobre a questão ecológica, que ainda está legitimado, são as universidades e, principalmente, as grandes conferências e encontros organizados pelos organismos estatais e patrocinados por grandes corporações transnacionais. A participação é democrática, desde que o indivíduo seja membro de um corpo acadêmico ou alguma outra organização devidamente

registrada e considerada competente perante os responsáveis pelos eventos. “Ecopolítica, ocupação pela qual os estados vão organizando a centralidade de poder de modo federativo, diluindo nacionalidades e relacionando-se com organizações não-governamentais, segundo os processos de privatização de negócios e serviços” (PASSETTI, 2003, p. 47).

A ecologia passa a reforçar a biopolítica e legitima ainda mais os mecanismos de controle, deixando ainda menos espaços para ações de reivindicação e participação alternativas e/ou contrários às propostas oficializantes. Isso porque os estados e as empresas resolveram assumir toda a causa ecológica, sustentando o discurso de posse do saber e das técnicas necessárias à preservação do meio ambiente e à manutenção da vida.

Ao capturar a perspectiva ecológica e transformá-la em inerente às ações governamentais e das corporações, as sociedades de controle partem para uma determinada premissa na qual qualquer iniciativa separada, alheia ou distinta das ações e leis oficiais, será uma ameaça anti-ecológica, pronta a querer destruir o mundo. Não fazer parte do pelotão de técnicos e gestores ambientais preocupado com as ISOS ecológicas, dos ministérios e secretarias do meio ambiente e as ONG's que lhes dão assistência, não fazem da pessoa uma ecologista, alguém preocupado com o planeta. É parte do problema e precisa ser extirpado.

A ecologia cria uma determinada forma de vida que necessita expulsar tudo o que é nocivo do corpo do planeta para se manter saudável e imaculada. E assim como conceitos tão caros aos movimentos ecológicos e à perspectiva ambientalista, como ambiente, ecossistema, natureza e vida são unificados e tornados totalitários, também foram institucionalizadas inúmeras noções de o que pode fazer mal ao planeta e ao seu equilíbrio.

Godoy (2008) sugere que a ecologia passa a criar determinadas formas de vida devidamente enquadradas, controladas e reguladas. Ela afirma que não é contra a ecologia da conservação que as resistências à ecologia institucionalizada (ou maior) se colocam, e sim, contra seus efeitos uniformizadores que “ao manterem a vida mais ou menos como um animal no jardim zoológico, separam-na daquilo que ela pode” (p. 23).

A idealização e a uniformização das ações ecológicas trazem consigo todo um potencial fascista e totalitário, muito próximos ao que Larossa afirma ser o sacrifício da infância ao educá-la para um futuro possível, pré-determinado e limitado. Esse fascismo que, de acordo com Foucault, não é somente aquele que Mussolini e Hitler exerciam, mas todo um pensamento que seja uniforme, unitário, sistemático e sedentário.

Ao deslocar os conceitos de Deleuze e Guattari de literatura e ciência maior/

menor² para a ecologia, Godoy afirma que enquanto a ecologia maior é aquela inserida como motor da biopolítica/ecopolítica, funcionando como formadora do consenso e estabelecendo-se como uma verdade de mundo, uma ecologia menor é aquela que entende o mundo como: “[...] multiplicidade sem medida, fundamento ou finalidade, em constante mutação, desprovida de unidade, de identidade e permanência, marcado pela descontinuidade e pela ausência de sentido, um mundo que conhece a transformação e o devir” (GODOY, 2008, p. 55).

Essa ecologia menor não funciona como um modelo ou padrão formador de um sistema de pensamento hegemônico e cristalizador, mas é justamente aquilo que busca desmontar, desconstruir e fugir a essa hegemonia e homogeneização.

Diante desse quadro, há uma ecologia maior a serviço de uma biopolítica ou de uma ecopolítica, e há uma ecologia menor que funciona como uma biopotência, ou seja, como potências e ecologias múltiplas que a vida cria. Para Pelbart (2003), essa biopotência não é uma reação ao sistema de poder engendrado pela ecologia menor, mas, principalmente, a resistência e a explosão de sentidos que explodem na tentativa da unificação de uma perspectiva: [...] pode-se pensar uma vontade de poder, que na sua expansividade tem por efeito a transvaloração dos valores, destruição e criação de novos valores, e, sobretudo tem o poder de se apropriar das condições de valor. Poder positivo, poder constituinte (86-87) Vida Capital.

Portanto, uma ecologia menor é aquela que resiste à ecologia maior pelo fato de não permitir sua captura, assimilação ou vampirização, sugerindo outras maneiras mais abertas e criativas de se fazer ecologia e, consequentemente, educação ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO BIOPOLÍTICA E BIOPOTÊNCIA

Voltando então às considerações de Larossa e ao desafio que ele propõe, e deslocando aqui para a educação ambiental: como fazer uma educação ambiental escapar e resistir a uma perspectiva baseada em uma ecologia maior? Como fazer dela múltiplas educações e ecologias que combatam as forças biopolíticas das sociedades de controle, e seus efeitos de barbárie? Como fazer uma educação ambiental para o impossível?

Em primeiro lugar, é necessário compreender, como sugere Palharini (2007), que uma educação que trabalhe com o tema meio ambiente de uma forma fechada,

² Sobre a literatura maior e menor, ver Deleuze e Guattari (1977); e sobre ciência maior e menor, ver os mesmos autores (1997)

buscando territorializar os indivíduos, prendendo-os em um molde, é uma educação reducionista que não confere à questão a devida diversidade e multiplicidade que lhe é peculiar. A autora lembra que ao ser uma proposta movida pelos padrões, pela universalização e uniformização, e pela dualidade - certo/errado, bom/feio, mau/bom, certeza/incerteza - ela se prima por reproduzir e manter certos regimes de verdade que regem, de acordo com Guattari, a subjetividade capitalística.

Portanto, ao mesmo tempo em que existe uma educação regida pela biopolítica, que cria e impõe a ideia do *homo oeconomicus*, o humano empreendimento preparado para a concorrência e disputa no mercado, existe uma educação também emoldurada pela ecopolítica, que cria o ecologista como aquele dócil indivíduo que participa dos movimentos sociais de defesa do meio ambiente, ou das instituições para tal atividade, sem necessariamente o fazer contestar essa ecologia

Perante isso, a noção de uma educação ambiental maior que se pretende como instrumento ou ferramenta para a salvação do planeta, capaz de, através da ação pedagógica, transformar os corpos e as mentes em máquinas destinadas à construção de um determinado futuro sustentável, impondo um senso comum único e exclusivo perante a futura tragédia que se abaterá sobre a humanidade, só é possível se não atingir a produção do humano para o trabalho e para o mercado. O ecologista e o educador ambiental só se fazem como tais se entenderem que o capital e a ciência são as verdades incontestáveis e a ação pedagógica-ecológica não pode ocorrer alheia ou refutante a elas.

Diante disso, talvez seja preciso, portanto, profaná-la. Tanto a sustentabilidade que propõe - intimamente ligada ao utilitarismo dos recursos naturais - quanto a sua própria postura de verdade de transformação.

Educação ambiental como biopotência, profana, menor, que recusa os primados da sustentabilidade ecologicamente correta ou qualidade de vida que se supõe como os possíveis, recomendáveis ou adequados à sociedade global, e também as verdades indissolúveis que estabelecem um predeterminado padrão de vida, ou um ambiente qualificado e/ou equilibrado. Como ação pedagógica, que dissolva, pulverize e multiplique tanto a pedagogia quanto o ambiente; tanto a intervenção e participação política quanto os conceitos de democracia e liberdade.

Nessa perspectiva, a educação ambiental não pode servir de reprodução de cidadãos modelo, ecologicamente ícones e instauradores de uma verdade do ser. Ela não pode servir de ação e espaço para uma militância sombria e uma teoria terrorista, preservadora de uma “ordem pura da política e do discurso político. Ela perde o seu vigor ao cair nas mãos dos burocratas da revolução e os funcionários da verdade” (FOUCAULT, introdução ao anti-édipo).

Se o abandono da verdade traz o risco da insegurança do educador, por duvidar de suas falas e suas palavras duras e apregoadoras de um futuro maravilhoso e de um ambiente ecologicamente sustentável, talvez seja necessário assumir-se uma pedagogia do riso tal qual os anarquistas assumiram ao enfrentar as sociedades industriais imperialistas na virada do século XX, ao escolherem a criação e a busca pelo impossível, ao invés de recorrer à segurança de ceder à liberdade e dar aos poderes constituídos o direito às decisões.

A biopotência da educação ambiental está, portanto, em suas perspectivas libertárias. Está na recusa ao exercício hegemônico do poder, do primado da verdade, da unificação dos sentidos de mundo, de ambiente e do próprio ato de fazer educativo. Está na identificação dos poderes constituídos, na instauração de regimes coercitivos dos corpos e das populações. A própria degradação ambiental que tanto se discursa combater. Está na condição de ser menor não por ser minoria, mas por resistir à sedução da participação ou do usufruto do poder.

A educação como forma de pôr em questão as crises ecológicas precisa, como afirma Guattari, se dirigir não só às relações de forças (poderes) visíveis em grande escala, mas também precisa passar pelos domínios moleculares da sensibilidade, inteligência e desejo (GUATTARI, 1992, p. 34), os quais, cada vez mais, são instaurados e moldados coletivamente através das forças biopolíticas das sociedades de controle. Precisa entender que junto às normalizações e regulações das vontades coletivas e individuais, existem processos de fugas e resistências que constantemente são produtores de singularizações e diferenciações, principalmente no que diz respeito às criações de sentido, inclusive de sentido ambiental.

Se por um lado temos uma educação ambiental maior, biopolítica e ecopolítica, instauradora de um consenso, é na criação dos dissensos que a força de biopotência das educações ambientais menores e libertárias se desloca. E se desloca justamente por sua condição nômade, que refuta as cristalizações e sedentarizações do saber ambiental que guia a conduta dos educadores ambientais devidamente formados à luz da ecologia maior.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka*: por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

_____. *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1997. (Coleção Trans, v. 5).

DUARTE, André. **Sobre a biopolítica**: de Foucault ao século XXI. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.pdf> Acesso em: 16 jan 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Historia da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O nascimento da biopolítica**: curso no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Introdução à vida não-fascista**. Disponível em: <http://www.coloquiofoucault2008.mpbnet.com.br/por_uma_vida_ao_fascista.html> Acesso em: 05 jul. 2010.

GODOY, Ana. **A menor das ecologias**. São Paulo: Edusp, 2008.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1991.

_____. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. São Paulo: Record, 2001.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PALHARINI, Luciana. Conhecimento disciplinar: (im)possibilidades do discurso sobre a problemática ambiental. *Pesq. Educ. Ambient.*, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, 2007.

PASSETTI, Edson. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. **Biopolítica. Sala Preta**, São Paulo, v. 7, 2007.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Ecologistas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999a.

_____. **A floresta e a escola**: por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez, 1999b.

_____. Cidadania e educação ambiental. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 20, n. esp., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 dez. 2009.